

AO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio

Ínclita Autoridade Superior Competente

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.025189/2023-56.

ITEM 2

2	601762	Notebook Padrão – Linha Corporativa (uso administrativo/pedagógico)	UND (Dispositivo)	49.174
----------	---------------	--	--------------------------	---------------

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (Filial localizada na cidade de Ilhéus/BA), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ásia, s/n – Lote 05 – Quadra N, Iguape - Ilhéus - Bahia - CEP 45.658-464, inscrita sob o CNPJ n.º 81.243.735/0009-03, conforme Estatuto Social e Ata de Eleição da Atual Diretoria em Exercício (DOC. Nº 01), doravante denominada simplesmente de POSITIVO ou RECORRENTE, vem, tempestiva e respeitosamente, por sua procuradora legal ao final assinada conforme Procuração (DOC. Nº 02), apresentar

RECURSO HIERÁRQUICO

contra a indevida decisão que classificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI S.A., doravante denominada simplesmente de licitante GRUPO MULTI ou RECORRIDA, para o Item 2 do certame, o que o faz com fulcro no item 11 do edital, nas disposições Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais legislações aplicáveis, declinando os motivos do seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – DA LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE:

1. A POSITIVO possui legitimidade para interpor o presente Recurso tendo em vista sua regular participação no referido certame.
2. A declaração de vencedora ocorreu no dia 24/julho/2025 (quinta-feira), momento em que foi registrada pela POSITIVO sua intenção recursal. Para contagem do prazo deve ser excluído o dia de início e incluído o do encerramento, e tanto o dia do início quanto o de encerramento devem ser úteis, isto é, com efetivo expediente na Administração. Em assim sendo, tem-se que o presente pleito é tempestivo, visto que o prazo recursal se iniciou em 25/julho/2025 (sexta-feira) e se encerra, de pleno direito, nesta data de 29/julho/2025 (terça-feira).

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

3. Reafirmando, desde já, o respeito que dedica ao FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (“FNDE”), ao Sr.(a) Pregoeiro(a), aos integrantes da equipe de apoio e aos demais servidores envolvidos na condução da licitação, a POSITIVO registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. O presente Recurso se destina unicamente à preservação do direito subjetivo da RECORRENTE e da legalidade do certame.
4. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, que significa a conjugação dos seguintes fatores: **(i)** uma licitante que atenda minimamente aos requisitos de habilitação; **(ii)** um produto que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas; **(iii)** o menor preço possível.
5. Além disso, a estrita observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição *sine qua non* para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo. É o previsto no caput do art. 37 da CF/88, senão vejamos:

*“Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:*

(...)” (Grifos e destaques acrescidos)

6. Portanto, desta linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

“Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’.” (Grifos e destaques acrescidos)

7. E neste sentido, com a vênia devida ao trabalho desempenhado por essa Respeitável Comissão de Licitação, mas a decisão levada a termo quanto à aceitação da proposta e consequente declaração como vencedora do item 2 em favor da licitante GRUPO MULTI, não está de acordo com a Legalidade e Isonomia esperadas, conforme se passa a demonstrar:

III – DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LICITANTE GRUPO MULTI PARA O ITEM 2, UMA VEZ QUE NÃO COMPROVOU CONCRETAMENTE ESSENCIAL EXIGÊNCIA TÉCNICA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

III A – DA NÃO APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO HCL (HARDWARE COMPATIBILITY LIST) DA MICROSOFT VÁLIDO PARA COMPROVAÇÃO DE COMPATIBILIDADE:

8. Conforme disposto no Anexo V – Caderno de Especificações Técnicas, foram exigidos os seguintes requisitos relativos ao sistema operacional:

SISTEMA OPERACIONAL	B-06	Deve possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows® 11 Pro Education 64 bits, para uso EDUCACIONAL, em português do Brasil (Pt-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação.
	B-07	O licenciamento do Sistema Operacional Microsoft® Windows® 11 Pro Education ocorrerá através do Programa Shape The Future . A qualificação para o programa será providenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e disponibilizada ao FORNECEDOR/FABRICANTE, conforme disposto na Carta de Elegibilidade nº 18568 de 13/08/2024 (Reference Number).
	B-08	O dispositivo deverá possuir certificação de compatibilidade com o sistema operacional, devendo estar relacionados na Lista de Compatibilidade de Hardware da Microsoft (Hardware Compatibility List – HCL), comprovado através de link ou certificado.

9. Notadamente em relação ao subitem B-08, a exigência de que o Notebook Padrão – Item 2 da Linha Corporativa (destinado ao Uso Institucional) possua certificação oficial de compatibilidade com o **sistema operacional**, bem como esteja devidamente incluído na Lista de Compatibilidade de Hardware da Microsoft (HCL), são requisitos essenciais para assegurar a confiabilidade técnica, a segurança operacional e a conformidade com as melhores práticas de governança de TI. Esta certificação representa não apenas o comprometimento do fabricante com a adequação técnica e funcional aos requisitos estabelecidos pela Microsoft para o Windows 11, como também garante que o equipamento foi submetido a testes rigorosos e validados segundo critérios oficiais da plataforma.

10. Analisando a proposta apresentada pela licitante GRUPO MULTI foi constatado que o **Certificado HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft apresentado não atende a versão mais recente**, explica-se:

11. O produto ofertado refere-se ao modelo UL214 e em sua proposta a licitante GRUPO MULTI apresentou a seguinte forma de comprovação:

**Print – Documento: TABELA DE CONFORMIDADE TÉCNICA - ITEM 2 - NOTEBOOK
BÁSICO**

 Ao FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024 ITEM 2 - Notebook Padrão – Linha Corporativa (uso administrativo/pedagógico) Fabricante: Multi Marca: Multi Modelo: UL214 Quantidade: 49.174un Site: https://governo.grupomulti.com.br/produtos-e-manuais				
TABELA DE ATENDIMENTO PONTO A PONTO				
Notebook Padrão – Linha Corporativa (uso administrativo/pedagógico)	Documento	PAGINA	ITEM	Observações da Multi
SISTEMA OPERACIONAL				
B-08 O dispositivo deverá possuir certificação de compatibilidade com o sistema operacional, devendo estar relacionados na Lista de Compatibilidade de Hardware da Microsoft (Hardware Compatibility List – HCL), comprovado através de link ou certificado.	HCL Certification Report - 1152921505696185065	1	Qualification level:	

Print – Documento: HCL Certification Report - 1152921505696185065



Microsoft

Hardware certification report **Approved**

Private product ID:	13881920211903568
Shared product ID:	401301854
Submission ID:	1152921505696185065
Submission date:	4/14/2023
Completion date:	4/14/2023
Company:	MULTILASER INDUSTRIAL LTDA
Product name:	UL214
Category:	System
Product type:	Laptop
Qualification level:	Certified for Microsoft Windows 11 Client family version 22H2, x64
Marketing name:	UL214 UL215 UL216 UL217 UL218

12. Considerando que o edital exige no item B-06 que o equipamento deverá possuir instalado e licenciado Windows na **modalidade OEM**, esclarecemos que contratualmente TODOS os fabricantes de equipamentos que possuem contrato OEM com a Microsoft OBRIGATORIAMENTE só podem instalar e licenciar de fábrica a **versão mais recente** do sistema operacional Windows 11 Pro incluindo licenças educacionais.

13. Atualmente, **a versão mais recente do Windows 11 Pro, e educacional, é a 24H2, lançada em outubro de 2024**, trazendo avanços significativos em termos de segurança da informação. Entre suas melhorias destacam-se a redução de falhas e reinicializações inesperadas, implementação de criptografia avançada com validação FIPS e mecanismos robustos de integridade de código, que bloqueiam a execução de softwares adulterados.

14. Quanto ao processo de certificação de compatibilidade com o sistema operacional Windows (HCL Windows), este acaba, por óbvio, sendo obrigatório ocorrer considerando a versão 24H2, é o que determina a Microsoft, uma vez que esta é a versão obrigatória por contrato OEM. Isso pode ser comprovado diretamente no website da Microsoft (<https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-hardware/test/hlk/>) conforme demonstrado a seguir:

Print – Requisitos Certificação Windows – Kit Test

https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-hardware/test/hlk/

Enquanto isso, os usuários devem instalar o Kit HCL usando HCLSetup.exe.

Expandir a tabela

Para certificar	Baixar
Windows 11, versão 24H2 Windows Server 2025	Windows HCL 24H2 (atualizado em julho de 2025) para Windows 11, versão 24H2 e Windows Server 2025 ou Virtual HCL (VHCL) (atualizado em julho de 2025) para Windows 11, versão 24H2 e Windows Server 2025
Windows 11, versão 23H2, Windows 11, versão 22H2	Windows 11 HCL 23H2, HCL 22H2
Windows Server 2022	Windows HCL para Windows Server 2022
Windows 10, versão 22H2, Windows 10, versão 21H2, Windows 10, versão 20H2, Windows 10, versão 2004	Windows HCL para Windows 10, versão 2004
Windows 10, versão 1809, Windows Server 2019	Windows HCL, versão 1809
Windows Server 2016	Windows HCL, versão 1607

Observação

O Windows HCL só dá suporte a testes em versões do Windows 11, Windows 10 e Windows Server a partir do Windows Server 2016. Para testar versões anteriores do Windows, use o [Kit de Certificação de Hardware](#) para Windows 8.1.

Programa de Compatibilidade de Hardware do Windows

15. **No entanto, observa-se que a certificação de compatibilidade apresentada pela licitante GRUPO MULTI se refere à versão 22H2, datada de setembro de 2022, portanto, claramente desatualizada em relação às exigências tecnológicas mais recentes.** Esta certificação só garante compatibilidade com esta própria versão 22H2 e assim não garante compatibilidade com a 24H2 que será instalada e licenciada nos equipamentos.

16. A manutenção da certificação sem o devido acompanhamento das atualizações periódicas disponibilizadas pela Microsoft compromete seriamente a integridade do sistema. Tais atualizações não apenas incrementam funcionalidades e desempenho, como também corrigem vulnerabilidades críticas identificadas ao longo do tempo incluindo avaliação de novos drivers que não foram testados na versão 22H2. Ignorar esse processo evolutivo pode tornar um dispositivo anteriormente certificado suscetível a falhas de segurança, incompatibilidade com soluções corporativas e perda de eficiência operacional.

17. Portanto, não se trata de uma formalidade documental, a certificação de compatibilidade deve refletir o compromisso contínuo da fabricante do equipamento com a atualização tecnológica e com o suporte técnico oficial da Microsoft, pilares indispensáveis à governança eficaz de TI, sendo inadmissível qualquer situação em contrário.

18. Neste contexto de informações, a conduta da **licitante GRUPO MULTI de fornecer uma certificação de compatibilidade referente à versão 22H2 – já ultrapassada pela versão 24H2** – sugere uma tentativa de induzir o FNDE em erro, por meio da entrega de documentação aparentemente válida, mas tecnicamente defasada e insuficiente para comprovar o atendimento pleno aos requisitos atuais. Isto porque é óbvio que a exigência de certificado HCL precisa estar adstrita a versão atual, de acordo com as regras da Microsoft, estabelecidas nos contratos OEM.

19. Logo, diante de tais evidências, acredita-se que a aceitação da proposta da licitante GRUPO MULTI provavelmente se tratou de mero equívoco, mas que poderá ser imediatamente corrigido pelo(a) Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio, pois além de culminar em ato ilegal sob o aspecto do claro descumprimento da regra técnica editalícia obrigatória, também implicará em ato lesivo aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Competitividade, da Isonomia, da Finalidade e da Eficiência.

20. Isso porque de acordo com o §1º do art. 64, da Lei 14.133/21, **a possibilidade legítima de diligência é possível apenas e somente** quando se trata de “*complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes E desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame*”. Na hipótese em apreço, em que pese tenha sido apresentado um documento, que no caso é a certificação de compatibilidade referente à versão 22H2, **é fato material que este documento, à época da apresentação da**

proposta, não contemplava a versão atual da Lista de Compatibilidade de Hardware (HCL) para o Windows 11 que é a 24H2, lançada em outubro de 2024 para que a sua proposta pudesse ser aceita; ou seja, não havia fato pré-existente!

21. Deste modo, **trata-se de especificação técnica não atendida tal como exigido no Anexo V – Caderno de Especificações Técnicas no tempo e do modo adequados**, o que, com todo respeito, é motivo mais do que suficiente para ensejar a sumária desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI no item 2 do certame, **conforme determina o subitem 7.6 c/c 7.6.2 do edital, o que desde já se requer!**

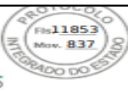


III.B – 03 (TRÊS) CASOS PARADIGMAS/SIMILARES RECENTES QUE ENSEJAM JUSTO E FUNDADO RECEIO DE QUE, NA PRÁTICA, OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS PELA LICITANTE NÃO RETRATEM AS PROPOSTAS/CATÁLOGOS/ESPECIFICAÇÕES DOCUMENTAIS, SENDO FUNDAMENTAL A SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMOSTRAS NESTA FASE DA LICITAÇÃO PARA AFERIR 100% (CEM POR CENTO) DA ADERÊNCIA TÉCNICA:

22. Em que pese o disposto no tópico anterior já fundamentar a sumária desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI, visto que não pode e não deve ser aceita qualquer tipo de comprovação posterior do HCL que não foi feito oportunamente, é digno de nota que este mesmo tipo de situação de insegurança técnica já foi observado em outro recente processo licitatório de notebooks, destinado à SEED/PR — Secretaria da Educação do Paraná (Pregão nº 1031/2023 - Lote 4), no qual **somente após a aferição da amostra foi possível constatar que o notebook ofertado pela licitante GRUPO MULTI nunca atendeu às especificações estabelecidas em edital, muito menos cumpria as funcionalidades que em sua proposta escrita/catálogos inveridicamente afirmava atender.**

23. Melhor dizendo, na proposta escrita e nos catálogos apresentados pela licitante GRUPO MULTI “realmente parecia” que o equipamento ofertado era excelente e atendia 100% (cem por cento) das especificações técnicas exigidas. Mas sem se esquecer daquele dito popular que “o papel aceita tudo”, e para realmente validar o que estava pretendendo adquirir, de forma coerente e responsável frente aos elevados investimentos que representavam tais aquisições aos cofres públicos, a SEED/PR submeteu este equipamento, assim como os de todas as

demais licitantes que estavam classificadas em 1º lugar nos diferentes itens/lotos, a um processo usual e corriqueiro de homologação/amostra/POC (independentemente da nomenclatura técnica utilizada), de forma que seus próprios técnicos especializados pudessem conferir, *in loco* e na presença de todos os licitantes, manuseando os equipamentos, ligando, desligando, abrindo os equipamentos, conferindo os componentes internos e realizando os testes necessários para aferição das funcionalidades, performance e desempenho, para se assegurar que realmente todos os quesitos técnicos exigidos estavam sendo satisfatoriamente atendidos.

24. Pela relevância do tema pede-se licença, com a vênua devida, para compartilhar a decisão deste mencionado processo licitatório, pois o equipamento ofertado pela licitante GRUPO MULTI não atendeu a diversos requisitos técnicos, **claramente contrariando o que constava em sua proposta técnica escrita e demais elementos meramente documentais que tinham sido apresentado por ela até então**, vejamos alguns trechos mais relevantes que seguem nas imagens a seguir, mas que poderão ser analisados na íntegra no DOC. Nº 03 em anexo:



PARECER TÉCNICO

PARECER Nº 1699711 / v01 – DTO / GTI / COPIS

ASSUNTO: Elaboração de Parecer Técnico, com referência à análise do processo de aquisição de notebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 4) – protocolo 20.163.309-5 / SEED – Secretaria da Educação

SOLICITANTE: **Jair Fernandes**

RELATOR: **Alexandre de Souza Falcão**

RESPONSÁVEL: **José Luís Vieira Carvilhe**

INTERESSADO: **SEED – Secretaria da Educação**

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A SEED enviou à GTI o processo protocolado sob o Nº 20.163.309-5, para análise e emissão de parecer relativo ao processo de aquisição de notebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 4).

1.2 A proponente Grupo Multi arrematou o Lote 4 (notebook Windows).

1.3 A proposta encontra-se às páginas 10983 a 11056 do processo.

1.4 Amostras foram recebidas pela SEED, abertas, conferidas e depois enviadas à Celepar.

2 ANÁLISE

2.1 Da Proposta:


2.1.1 A proposta foi analisada e foi observado que proponente ofertou o notebook ULTRA LIMITLESS UL Série – Modelo: UL214, cujo prospecto com as especificações encontram-se às páginas 11001 a 11003 do processo.



2.1.2 Foi observado que diversas descrições do prospecto não correspondiam às características da amostra fornecida.

2.1.3 Das portas de conexão à fonte e outros componentes externos:

Rua Mateus Leme, 1561 | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3200-5000 | Fax (41) 3200-6600 1 / 18
Cx. Postal 15.061 | www.celepar.pr.gov.br

Qualificada realizada por: **Alexandre de Souza Falcão** em 09/07/2025 11:31. Inserido ao protocolo **20.163.309-5** por: **Alexandre de Souza Falcão** em: 05/11/31. Demais assinaturas na folha 11882a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: **3a0c2b46b3517d91d9fe80cb17b41416**.



Equipamento Proposto	Amostra entregue
1 x USB 3.2 Tipo C (Power Charger)	1 x Porta de Alimentação Convencional
1 x USB 3.2 Tipo C (Power Delivery)	1 x USB Tipo C
2 x USB 3.2 Tipo A	2 x USB Tipo A (azuis)
1 x HDMI	1 x USB Tipo A (preta)
1x RJ-45	1 x HDMI
1 x Saída áudio Combo de 3,5 mm	1x RJ-45
1 x microSD card reader	1 x Saída áudio de 3,5 mm
	1 x microSD card reader

25. A SEED/PR, com o apoio técnico da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR, analisaram ponto a ponto a “proposta escrita x equipamento de amostra” e **constataram diversas inconsistências entre o “documental x efetivamente entregue”**, e mesmo tendo oportunizado à licitante GRUPO MULTI responder acerca de tais impropriedades em sede de diligências, de fato não tinha muito o que explicar – **pois o que afirma no papel não cumpre na prática** – e a conclusão pela desclassificação da amostra/proposta foi inevitável, vejamos:



2.5 Resumos dos Itens não atendidos:

2.5.1 Não comprovou gravação do número do patrimônio na BIOS;

2.5.2 A documentação da proposta não corresponde a amostra disponibilizada pela licitante;

2.5.3 Não comprovou a funcionalidade de redução de ruídos, para melhorar a qualidade de áudio em videoconferências;

2.5.4 A implementação da funcionalidade TPM não é por chip dedicado



relacionado no site do TCG;

2.5.5 A memória RAM da amostra não é do fabricante Grupo Multi;

2.5.6 A bateria ofertada é diferente da bateria da amostra;

2.5.7 A fonte ofertada é diferente da fonte da amostra;

2.5.8 Não implementa gravação da chave de licença do Windows 11 na BIOS;

2.5.9 Não foi possível abrir um ticket no site do fabricante com informações da amostra disponibilizada;

2.5.10 Não foi possível obter os manuais e os drivers do equipamento, durante a sessão pública.

3 CONCLUSÃO

3.1 Concluída a análise da proposta, da amostra e do sistema de atendimento, entendemos que o equipamento proposto, seus acessórios e o serviço de acolhimento de chamados não atenderam os requisitos do edital.

4 ANEXOS

4.1 Anexo I –	Ata de Participantes da Sessão Pública
4.2 Anexo II –	Relação de chips TPM certificados
4.3 Anexo III –	e-mail de Abertura de Chamados

É o parecer.




Curitiba, 9 de julho de 2025.

Marco Aurélio Bonato Diretor – DTO	Alexandre de Souza Falcão Relator – COPIS
Dario Kuceki Knopfholz Gerente – GTI – Em Exercício	
José Luís Vieira Carvilhe Coordenador – COPIS	

26. Indo além, a POSITIVO gostaria de chamar atenção de V.Sas. não para a desclassificação propriamente dita da proposta da licitante GRUPO MULTI neste caso – que pode acometer a qualquer fabricante – mas o principal aqui é constatar o “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI, pois reiteradamente em diferentes itens/licitações/tipos de equipamentos tem apresentado suas propostas técnicas escritas/documentação que apenas “parecem 100% (cem por cento) aderentes ao exigido”, mas que claramente **não se sustentam quando realizadas aferições nos respectivos equipamentos de amostras, quando diversas inconsistências são identificadas e revelam que, de fato, a proposta técnica nunca atendeu ao minimamente esperado.**

27. E não foi somente no lote 4 da citada licitação que este “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI foi identificado – onde promete documentalmente, porém o produto ofertado não atinge minimamente o alegado – **mas também no lote 3, referente à Chromebook (tal qual na presente licitação),** de interesse da Secretaria de Estado da Administração e da

Previdência do Estado do Paraná – SEAP/PR, que foi categórica em desclassificá-la após analisar a amostra ofertada sob 03 (três) relevantes argumentos, inclusive ratificados na íntegra após fase recursal, como pode ser visto em detalhes no DOC. Nº 04 em anexo, com destaques para os seguintes pontos, aplicáveis ao contexto atual, vejamos:

		
PARECER TÉCNICO		
PARECER Nº 1688137 / v01 – DTO / GTI / COPIS		
ASSUNTO: <u>Elaboração de Parecer Técnico, com referência à análise do processo de aquisição de chromebooks em regime de registro de preços (PE-1031/2023 Lote 3) – protocolo 20.163.309-5 / SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência</u>		
SOLICITANTE:	Josias Pereira da Cruz	
RELATOR:	Alexandre de Souza Falcão	
RESPONSÁVEL:	José Luís Vieira Carvilhe	
INTERESSADO:	SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	
 1 CONTEXTUALIZAÇÃO		
1.1 <u>A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência solicitou à Celepar a análise técnica do processo de aquisição de chromebook em regime de registro de preços (PE-1031/2023) para o lote 03. A empresa Multi S.A. apresentou proposta para os lotes 03 (Chromebook) e 05 (Monitor), e amostras dos equipamentos foram submetidas à avaliação técnica. A Celepar emitiu parecer técnico Nº 1669204 / v01 – DTO / GTI / COPIS reprovando a amostra da Multi para o lote 03, o que gerou recurso administrativo por parte desta empresa e contrarrazões por parte da empresa Positivo Tecnologia S.A.</u>		

(i) **pontuação do processador abaixo do exigido no item 11.6.6 do Termo de Referência do edital, que estabelecia uma pontuação mínima de 1850 pontos:**

4 DA ANÁLISE

4.1 Pontuação do Processador:

- 4.1.1 A Celepar conduziu testes de desempenho do processador utilizando o software Performance Test, conforme previsto no edital.
- 4.1.2 A amostra da Recorrente não atendeu à pontuação mínima de 1.850 pontos no teste CPU Mark, conforme exigido pelo item 11.6.6 do edital.
- 4.1.3 Conforme destacado a seguir nos trechos do parecer técnico é possível observar o relato da realização dos testes, incluindo a demonstração da boa vontade da equipe técnica em conceder a Recorrente a possibilidade de

Rua Mateus Leme, 1561 | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3200-5000 | Fax (41) 3200-6600 2 / 4
Cx. Postal 15.061 | www.celepar.pr.gov.br

er Técnico 086/2025. Assinatura Qualificada realizada por: **Alexandre de Souza Falcao** em 21/05/2025 17:41. Inserido ao documento **1.546.743** por: **Alexandre de Falcao** em: 21/05/2025 17:40. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: **d4990159db4f4d4de0d26f430c1b2005**.

o ao protocolo **20.163.309-5** por: **Josias Pereira da Cruz** em: 26/05/2025 13:15. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: **69d1f35dc18d11754bd62373fc058334**.



realizar na parte da tarde os cinco testes completos previstos no edital. Neste contexto, foram descartados o primeiro teste que travou e outros cinco testes incompletos realizados na parte da manhã. Também estão detalhados abaixo os requisitos que determinam a forma de realização dos testes de desempenho e o limite de execuções dos mesmos.

- 2.2.4.2 Iniciaram-se os testes de performance no processador. O primeiro teste completo foi realizado na parte da manhã notamos que o equipamento travou ao iniciar a avaliação da parte gráfica.
- 2.2.4.3 Como cada teste completo demora aproximadamente 9 minutos, optamos por executar o teste apenas do processador nos testes subsequentes. Porém nenhum deles atingiu a pontuação mínima aceitável (prevista no edital).
- 2.2.4.4 Registre-se que entre os testes, algumas vezes foi executado o reset de fábrica (power wash) e reinstalado o software Passmark Performance Test.
- 2.2.4.5 Registre-se também que o equipamento foi testado com diversas configurações:
- a) Com o carregador ligado ao equipamento,
 - b) Com o equipamento desligado do carregador,
 - c) Com o equipamento conectado ao WiFi da Celepar,
 - d) Com o equipamento conectado ao WiFi 5G roteado pelo celular do analista da Multilaser, e
 - e) Com o equipamento desconectado do WiFi.
- 2.2.4.6 Ao final da manhã, avaliando que os testes não foram feitos completamente como previsto no edital, foi marcado para serem realizados novamente na parte da tarde, das 14h00 às 15h00.
- 2.2.4.7 Durante o horário de almoço a equipe da Multilaser permaneceu nas dependências da Celaper entre 12h20 e 14h00, para fazer novos testes para

apresentar na parte da tarde.




2.2.4.8 A continuação da sessão iniciou às 14h00 e às 15h00 estava sendo executado o quinto teste. Porém aguardamos o término do teste às 15h02 para obtermos o resultado final. Foram aferidas as seguintes pontuações:

- a) 1º Teste = 1245 pontos,
- b) 2º Teste = 1729 pontos,
- c) 3º Teste = 1740 pontos,
- d) 4º Teste = 1182 pontos,
- e) 5º Teste = 1554 pontos.

- 11.6.5 Deverá ser executado o teste completo do equipamento;
- 11.6.6 Deverá ser aferido o desempenho do processador, o qual deverá ser **1.850 pontos** (CPU Mark), ou valor superior;
- 11.6.6.1 Deverá ser atingido o desempenho ao menos uma vez, em até 5 execuções do teste completo.

- 4.1.4 As diversas tentativas de teste, tanto parciais quanto completos, sem sucesso, evidenciam a boa vontade da equipe técnica em apoiar a recorrente na demonstração da conformidade do equipamento.
- 4.1.5 O equipamento da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto.

(ii) etiqueta da fonte de alimentação não atendeu aos requisitos de qualidade de forma detalhada conforme do exigido no item 11.7 do Termo de Referência do edital:

4.2 Etiqueta da Fonte:
Rua Mateus Leme, 1561 80530-010 Curitiba Paraná Brasil (41) 3200-5000 Fax (41) 3200-6600 3 / 4 Cx. Postal 15.061 www.celepar.pr.gov.br
Ar Técnico 086/2025. Assinatura Qualificada realizada por: Alexandre de Souza Falcao em 21/05/2025 17:41. Inserido ao documento 1.546.743 por: Alexandre de Falcao em: 21/05/2025 17:40. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: //www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: d4980158db4f4d4de0d26f430c1b2005 .
do ao protocolo 20.163.309-5 por: Josias Pereira da Cruz em: 26/05/2025 13:15. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: //www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: 69d1f35dc18d11754bd62373fc058334 .
<div></div> <p>4.2.1 A Celepar constatou que a etiqueta da fonte apresentava problemas de qualidade, com a tinta se desprendendo facilmente, tornando as informações ilegíveis. Deve-se considerar que elas devem estar legíveis durante a vida útil dos equipamentos (sessenta meses ou período superior).</p> <p>4.2.2 A etiqueta colada na fonte era maior que a área destinada a ela.</p> <p>4.2.3 O edital prevê requisitos de qualidade de forma detalhada, desta forma, a fonte da amostra da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto, conforme exigido pelo item 11.7 do edital.</p>

(iii) inconformidade da bateria com relevante certificação exigida em edital:

4.3 Inconformidade da Bateria:
<p>4.3.1 A Celepar realizou uma análise da bateria por meio de linha de comando ("battery_firmware info") para verificar sua certificação ABNT.</p> <p>4.3.2 A bateria fornecida com o equipamento da Recorrente não consta da relação das baterias homologadas declaradas no certificado acreditado pela ABNT, que foi anexado à proposta.</p> <p>4.3.3 A bateria da amostra da Recorrente não atendeu ao solicitado no edital neste ponto.</p>

28. Ou seja, se a proposta/documentação técnica apresentadas pela licitante GRUPO MULTI “pareciam atender integralmente”, novamente não se sustentaram ao serem confrontados com a análise física da amostra, revelando-se no mínimo 03 (três) sérias divergências técnicas que justificaram a sua sumária desclassificação:

5 CONCLUSÃO

5.1 Em análise técnica, reafirmam-se as conclusões do parecer técnico da Celepar, demonstrando que a amostra da Recorrente não atendeu aos requisitos técnicos do edital nos pontos contestados.

É o parecer.

Curitiba, 21 de maio de 2025.

29. Agora imagine se o edital do Pregão nº 1031/2023 - Lote 4 para a SEED/PR e Lote 3 para a SEAP/PR, não previsse fase de amostra ainda durante o andamento da licitação, o que poderia ter acontecido?

30. Caso estas secretarias tivessem acreditado cegamente no que constavam nas propostas documentais – que os produtos atendiam plenamente os requisitos do edital – acabariam por adjudicarem e contratarem com a licitante GRUPO MULTI estes 2 modelos de produtos, que, na verdade, estão aquém do mínimo exigido, ou seja, que não atenderiam as suas necessidades, mas só iriam descobrir isso muito lá adiante, somente quando fossem testar os equipamentos em sede de recebimento definitivo dos produtos. Então resta claríssima a importância da fase de amostra ainda durante o transcurso da licitação, facultada a qualquer momento, prevista no Termo de Referência, no edital, nas leis aplicáveis, representando uma salutar prática preventiva a ser adotada, ainda mais se tratando de aquisições de milhões de reais.

31. Ainda, não menos relevante, cumpre mencionar outro edital nº 103/2024, este para aquisição de câmeras de segurança IP para reconhecimento facial, que foi conduzido diretamente pela CELEPAR, no qual o GRUPO MULTI teve uma primeira e precoce desclassificação indevida de sua proposta, que foi revertida em fase recursal, mas depois, quando da avaliação da amostra de forma completa e embasada, teve sua amostra recusada pois novamente não conseguiu sustentar/comprovar na prática o que constava em sua proposta documental, pois o cartão de memória (SD) não comprovou o atendimento ao requisito de armazenamento criptografado, que é essencial em termos de segurança e da estrita observância aos requisitos da LGPD, até porque estas câmeras serão instaladas nas salas de aula das escolas do Estado do Paraná. Os detalhamentos da ata de julgamento podem ser consultados na íntegra no DOC. Nº 05 em anexo, sendo os mais relevantes a seguir transcritos a partir da peça recursal da POSITIVO frente ao tema, vejamos:



III A – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO ARMAZENAMENTO CRIPTOGRAFADO DO CARTÃO DE MEMÓRIA:

9. De acordo com o Termo de Referência do Edital, as câmeras do Lote 01 devem necessariamente ser acompanhadas de um cartão de memória com armazenamento criptografado:

6.1.24 Deve possuir slot para cartão de memória, **acompanhado de um cartão de memória de 128GB com velocidade de gravação compatível com a câmera e com armazenamento criptografado.**

10. Conforme consta da “ATA DE JULGAMENTO” do Recurso interposto pela licitante Grupo Multi, quando da reanálise da proposta da RECORRIDA pela equipe técnica, este ponto foi “comprovado” apenas documental, vejamos:

A reanálise considerou a errata publicada (fls 339 mov. 43 e-protocolo 23.070.017-6) e que não foi considerada na análise anterior e a equipe técnica fez a análise e não encontrou divergências conforme planilha a seguir:

EDITAL: LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP	Multi - M5 ID840 IKZ AI / Longse LVDBH5XKL800 (fls. 738 a fls. 757, mov 181)	ATENDIMENTO
	https://governo- arquivos.grupomulti.com.br/ products/celepar-pr-pe-n-103-2024- 57/files/249-datasheet-multi.pdf https://www.longse.com/Products/ NetworkProducts/ NetworkCameras/Value/8MP/ 2023/0329/8341.html	Sim
Fonte documental		
Fonte da diligência documental		

11. Contudo, esta funcionalidade não pode ser verificada/comprovada apenas através de uma informação documental do datasheet de que o produto é capaz de criptografar o armazenamento no cartão de memória, **são necessários testes concretos/efetivos/inquestionáveis**, principalmente pela relevância e pelos impactos adversos que a não execução de tal funcionalidade poderá acarretar no uso prático e concreto a que se destinam esses equipamentos dentro das salas de aulas.

32. Neste caso, em sua oportunidade de contrarrazão, **a resposta da licitante GRUPO MULTI procura novamente emplacar o entendimento de que apenas a avaliação de sua documentação técnica já seria suficiente (tal qual no presente caso), certamente porque no seu íntimo reconhece suas deficiências**. Mas na análise da coordenadora da disputa, já em seu preâmbulo tem-se destacada a importância da amostra ser avaliada, nos seguintes termos:

3. DA ANÁLISE DA COORDENADORA DA DISPUTA

Cabe mencionar que o Edital elencou as especificações técnicas para o lote 01, no Anexo – Termo de Referência item 6, e conforme informado no item 17.2 do Anexo – Termo de Referência: “A exigência da amostra poderá garantir que o produto a ser adquirido atenda às especificações técnicas, (...)”.

Desta forma, segue claro no Edital como será avaliada a amostra, reforçando que o Edital não previu prova de conceito com metodologia de avaliação.

33. Todas estas informações mostram-se pertinentes para que também o FNDE reconheça a essencialidade das aferições dos equipamentos de amostras de todas as licitantes classificadas em 1º (primeiro) lugar nos diferentes itens/lotos, na mesma linha de entendimento citada no referido processo da CELEPAR que assim se posiciona formalmente:

“Após a apresentação do recurso da empresa Positivo, verificamos que o software da câmera não apresentava, em nenhuma das suas telas de configuração, referência ou opção de configuração de criptografia de arquivos armazenados no cartão de memória, embora fizesse referência a criptografia na documentação enviada no processo 23.070.017-6 na folha 732 - movimento 179. Pois não foi possível observar ou reproduzir evidências da operação de criptografia no software da câmera para que pudéssemos ter a evidência de que faria segundo a documentação da fabricante. Visto esta situação, solicitamos diligência à empresa Multi, referente a amostra da câmera M5 ID840 IKZ AI do mesmo firmware, segundo ilustração, para que apresente documentalmente as instruções de operação de criptografia afim desta comissão possa reproduzir e consiga obter evidências que comprovem o atendimento do requisito 6.1.24do Termo de Referência do Edital de Licitação Eletrônica nº 113/2024.

34. Portanto, em conclusão final, a CELEPAR claramente indicou o não atendimento ao requisito técnico de criptografia do cartão SD e ainda fundamentou acertadamente em relação ao não atendimento do requisito LGPD, vejamos:

(...)

Análise do Atendimento ao Requisito 6.1.24

Metodologia e Resultados:

Para avaliar o atendimento a esse requisito, inicialmente considerou-se que ele havia sido cumprido, pois a documentação fornecida pela empresa indicava que os arquivos gravados no cartão de memória eram armazenados de forma criptografada. No entanto, após a apresentação de um recurso, previsto em regulamento, de uma das empresas concorrentes, que questionou a efetiva existência da criptografia, a Celepar realizou uma segunda análise, para checar os pontos apresentados pela contestante. Pedimos diligência a Multi para compreender como executar a criptografia e, durante a avaliação da amostra entregue, o cartão de memória foi removido da câmera e os arquivos encontrados, com extensão .MP4, foram analisados. Tentou-se reproduzi-los utilizando o reprodutor de vídeo VLC, sem sucesso – o que indicaria a presença da criptografia. Contudo, ao utilizar o software próprio da câmera, foi possível reproduzir os vídeos. Com relação a resposta da diligência foi informado que "Os arquivos gravados não poderão ser reproduzidos diretamente em outros dispositivos devido à criptografia aplicada automaticamente, evidenciando o atendimento ao requisito de segurança exigido.". Porém, a dúvida técnica persistiu e solicitamos um complemento de diligência para compreender como poderia ser acessado as imagens do cartão no caso de extravio ou avaria da câmera e também se seria possível acessar por outra câmera da mesma marca, modelo e versão do firmware. A empresa Multi informou que não seria possível acessar novamente as imagens em outra câmera, pois seria exclusivo aquela câmera da mesma marca e modelo, assim tornando as imagens irrecuperáveis.

Conclusão:

A análise da amostra revela que, embora não tenha sido possível confirmar explicitamente a criptografia dos arquivos por métodos convencionais — dada a ausência de configurações ou parametrizações relacionadas a criptografia no software da câmera — o acesso aos vídeos é restrito ao software da câmera utilizada para a gravação, exigindo autenticação.

Essa restrição inicial sugere a existência de um mecanismo de proteção. Contudo, os testes realizados não permitem afirmar que se trata de criptografia conforme o requisito. A criptografia, por definição, exige um método para encriptar um conteúdo usando uma chave conhecida, tornando-o ilegível independentemente do software ou hardware de visualização. Essa funcionalidade específica de criptografia, com o uso de chaves para proteção e decodificação, não foi encontrada no software da câmera.

Confirmamos que os arquivos só puderam ser abertos com o software do fabricante da câmera específica. Entretanto, a diligência apontou uma fragilidade crítica: um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de

Fundamentação da Não Conformidade:

Considerando que o item 6.1.21 tem como objetivo principal a proteção total do acesso

da por: **Elisabete Nehrke** em 03/06/2025 15:12. Inserido ao protocolo **23.070.017-6** por: **Elisabete Nehrke** em: 03/06/2025 15:10.
nos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
www.br/spiweb/validarDocumento com o código: **a9a27f4d7af0d16753b73aa19053c706**.



aos conteúdos por meio de criptografia, permitindo o acesso exclusivo ao controlador e operador dos dados em atendimento à LGPD:

A mera autenticação por usuário e senha via licença de software da câmera não garante a proteção total ao acesso dos vídeos gravados sem a dependência intrínseca do hardware. Os conteúdos gravados no cartão não estão, de fato, criptografados de acordo com as boas práticas e conceitos de criptografia necessários para a conformidade com a LGPD. A vulnerabilidade de acesso por terceiros em caso de furto da câmera, devido à impossibilidade de proteção por chave criptográfica, contraria diretamente o espírito e a letra da LGPD no que tange à segurança e privacidade dos dados.

Diante do exposto, e considerando a relevância do tema para o Ministério Público do Paraná, que realiza inspeções sobre o cumprimento da LGPD neste projeto, entendemos que o item 6.1.21 não é atendido na amostra apresentada.

Em resumo:

O requisito 6.1.16 atende na amostra apresentada.

O requisito 6.1.21 não atende na amostra apresentada

6) CONCLUSÃO

Neste sentido, a Coordenadora da Disputa julga **PARCIALMENTE PROCEDENTE O RECURSO** interposto pela empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S/A** com a consequente **desclassificação da licitante GRUPO MULTI**, declarando vencedora a licitante **POSITIVO TECNOLOGIA S/A**. Nada mais havendo para ser tratado eu, Eli-sabete Nehrke, lavrei a presente ata.

35. Portanto, salta aos olhos o “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI, que de forma reiterada apresenta propostas escritas/catálogos/especificações técnicas que não se sustentam quando confrontados com os respectivos equipamentos de amostras, inclusive com diferentes equipamentos como nos casos concretos citados (notebooks, chromebook ou ainda câmeras de segurança).

36. Com o máximo respeito, mas o FNDE não pode fechar os olhos para tais evidências de inconformidade que revelam uma **grave insegurança técnica e jurídica** entre o que é prometido e o que é efetivamente entregue pela licitante GRUPO MULTI, e que coloca em dúvida a sua capacidade de atender aos padrões exigidos de forma transparente e eficaz.

37. Desta feita, **há sim um fundado e justificado receio que também perante ao FNDE a licitante GRUPO MULTI tenha adotado este seu rotineiro “modus operandi” e que seus equipamentos de fato não atendam ao minimamente exigido para os diferentes itens/lotes em que está como atual arrematante**, sendo portanto uma medida salutar e preventiva que, em respeito aos elevadíssimos investimentos que serão feitos com o dinheiro público com tais aquisições, **o FNDE solicite neste momento, ainda em fase de licitação, o os equipamentos de amostras, não somente para a licitante GRUPO MULTI, mas para todas as licitantes que estejam classificadas em 1º (primeiro) lugar nos diferentes itens/lotes**, para que os produtos sejam submetidos ao crivo de testes de homologação, sob a gestão dos técnicos especializados do FNDE e com a participação das demais licitantes e de todos os interessados, em sessão pública.

38. Certamente que o procedimento de testes/homologação de amostras nesta fase da licitação trará clareza, transparência, isonomia e sustentabilidade técnica para o processo licitatório, sendo que se os equipamentos ofertados pela licitante GRUPO MULTI realmente forem aderentes e atendam a todos os aspectos que estão sendo documentalmente

prometidos/afirmados em sua proposta/catálogos/especificações, restará realmente como contratações legítimas e acertadas.

39. Portanto, o que a POSITIVO desde já requer e invoca ao FNDE é a aplicabilidade **imediata de diligências de solicitações de equipamentos de amostras para fins de realização de testes/homologações**, objetivando garantir a necessária segurança técnica e jurídica, como medida preventiva e justificada, para que tais aquisições realmente atendam ao pretendido pelo FNDE, especialmente em face da importância estratégica do certame, bem como dos elevados quantitativos e essencialidade dos equipamentos que serão adquiridos à educação brasileira.

40. É verdade que o Termo de Referência menciona, em seu subitem 4.49, que a avaliação será “**preferencialmente** documental”, mas isso não implica em se concluir que a análise deve ser “**exclusivamente** documental”. Especialmente quando a proposta se revela inconclusiva.

41. Em que pese a análise documental tenha sido realizada pelo FNDE, agora não podem ser ignorados os relevantes pontos técnicos suscitados pela POSITIVO nesta peça recursal, que demandam – **por justo e motivado receio – que o FNDE solicite NESTE MOMENTO, a todas as licitantes classificadas em 1º lugar de todos os lotes, seus equipamentos de amostra**, até porque serão milhões de reais envolvidos nas futuras aquisições, ou seja, são plenamente aplicáveis as disposições sobre as amostras a seguir transcritas:

Da verificação de amostra do objeto

4.49. A avaliação do cumprimento dos requisitos e especificações do OBJETO dar-se-á de forma **preferencialmente** DOCUMENTAL, por intermédio da PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS e da documentação técnica da solução – a serem fornecidos pelo LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar.

4.49.1. Restando dúvidas acerca da especificação da SOLUÇÃO e esgotadas as vias documentais será realizada verificação de amostra do objeto para validar se a SOLUÇÃO apresentada pela(s) LICITANTE(S) detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades e requisitos descrito no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, anexo deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.49.2. A possibilidade de verificação de amostra, tem previsão no artigo 17, §3º, artigo 41, inciso II, e artigo 42, §2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 12, § 1º da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

42. O Edital também faz explícita referência às disposições do TR sobre a ocorrência das sessões de amostras no curso do procedimento licitatório (momento atual do certame), com a possibilidade de todos os interessados acompanharem os procedimentos de testes nos equipamentos dos atuais 1º (primeiros) colocados, de forma a garantir toda a transparência e isonomia do processo licitatório, e não após a assinatura da ARP/contrato somente com a então Contratada, conforme se depreende dos subitens 7.17 a 7.21 abaixo transcritos:

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

43. Formular propostas para a Administração Pública requer tempo, cuidado e atenção, atitudes que não ficaram demonstradas pela licitante GRUPO MULTI. Não se trata de privilegiar a forma em detrimento da finalidade, muito pelo contrário, o que se pretende é ponderar que **as exigências técnicas não podem ser consideradas como meramente formais**. É necessário que a proposta possibilite à Administração Pública o mínimo de segurança em relação ao atendimento do interesse público. **Não sendo assim, corre-se o risco de que as licitantes passem a apresentar propostas que não atendem exigências a seu bel-prazer, dificultando, inclusive, a própria avaliação e julgamento do certame.**

44. Não se deve incentivar a prática de não “punir” aqueles que não cumprem as exigências, pois isso remove a seriedade do processo e acaba por prejudicar aqueles que buscam ser corretos, ferindo a isonomia no processo licitatório. Em outras palavras, além do aspecto estritamente legal, não é justo e razoável para com as demais licitantes, que despenderam o cuidado de preparar as suas propostas em estrita conformidade às exigências do edital.

IV – DAS CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A MATÉRIA EM APREÇO. DA INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS REGULADORES DO CERTAME:

45. A Administração não pode quedar-se às vontades e aos interesses dos particulares, mas deve trabalhar em prol da satisfação dos interesses coletivos, que neste caso encontram-se retratados nas normas editalícias, que se destinam a garantir a melhor contratação possível para Administração.

46. O entendimento doutrinário é pacífico neste sentido, pelo que oportuna é a transcrição dos ensinamentos do doutrinador, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética. 11ª edição, São Paulo, pp. 402 e 526:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade de atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação”.

e,

“Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso, no corpo do edital.” (Grifos e destaques acrescidos)

47. Sobre os princípios constitucionais, cumpre-nos destacar que, caso estes não sejam respeitados, a validade do processo licitatório restará por certo comprometida, tornando-o temerário e vulnerável, podendo ser desconstituído por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

48. Vale a transcrição do ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso do Direito Administrativo, 13ª Ed, São Paulo, Editora Malheiros, p. 772 in verbis:

“Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.” (Grifos e destaques acrescidos)

49. Considerando o Princípio da Autotutela, que é intrínseco à atividade administrativa, clama-se ao FNDE que promova a anulação da decisão que classificou a proposta e declarou como vencedora no certame em apreço a licitante GRUPO MULTI, nos exatos termos da Súmula 473 do STF, que assim estatui:

Súmula 473 do STF – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial. (Grifos e destaques acrescidos)

50. No mesmo sentido, ensina a Prof.^a. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra Direito Administrativo, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas. p.195:

(...) a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade. (Grifos e destaques acrescidos)

51. Assim, revendo-se a decisão que classificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI (o que se requer e se acredita firmemente), sendo declarada a nulidade do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo-se todas as consequências geradas a partir de sua edição (efeito *ex tunc*).

V – DO PEDIDO FINAL:

52. Por todo exposto, tempestiva e respeitosamente, a POSITIVO requer ao FNDE que aprecie os concretos e irrefutáveis argumentos acerca da proposta técnica apresentada, para que o presente Recurso Hierárquico seja conhecido e integralmente provido, reconsiderando-se a decisão originária, **com a imediata desclassificação da proposta da licitante GRUPO MULTI para o item 2, uma vez que não foi cumprido substancial requisito editalício, no tempo e do modo adequados, retornando-se ao certame com o chamamento da próxima licitante classificada.**

53. Caso não seja este o entendimento (o que não se acredita, com todo o respeito), diante das novas e seríssimas realidades ora alertadas em relação ao “*modus operandi*” da licitante GRUPO MULTI, para as quais o FNDE não pode fechar os olhos ou permanecer inerte, e que revelam uma **grave insegurança técnica e jurídica entre o que é prometido e o que é efetivamente entregue pela licitante GRUPO MULTI**, e que colocam em dúvida a sua capacidade de atender aos padrões exigidos de forma transparente e eficaz, visto que tais propostas escritas carecem de confiabilidade, como medida preventiva, especialmente em face da importância estratégica do certame, bem como dos elevados quantitativos e essencialidade dos equipamentos que serão adquiridos, que **então o FNDE reconheça a necessidade de solicitar equipamentos de amostras nesta fase da licitação para aferir 100% (cem por cento) da aderência técnica ao exigido, com ampla publicidade e transparência para todos os interessados, com base nos subitens 4.49.1 e 4.49.2 do Termo de Referência.**

54. Isto é o que se impõe, pela estrita observância aos ditames legais e aos princípios basilares! Isto é o que desde já se requer, por ser de Direito e de Justiça!

Termos em que,
Pede e Aguarda Deferimento.

De Ilhéus/BA para Brasília/DF, em 29 de julho de 2025.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Maria Helena Pereira - Procuradora constituída